

PRÁTICAS NOMINATIVAS E IDENTIDADES: O CASO DO APELIDO E SOBRENOME CAZUMBÁ EM SUJEITOS E FAMÍLIAS PERNAMBUCANAS (1824-2018)

Graziella Fernanda Santos Queiroz
Mestranda em História pela UFPE
graziequeirozgago@gmail.com

RESUMO

Este trabalho tem investigado a existência de apelido e sobrenome Cazumbá em pessoas e famílias pernambucanas desde o século XIX até presentemente. O etnocentrismo enquanto faceta da colonialidade foi responsável pela anulação de nomes e sobrenomes africanos nos milhões de indivíduos que formaram a sociedade brasileira. Apesar disto, motivos variados tais como a incorporação de etnônimos, africanismos e apelidos relacionados à África facultaram a manipulação de identidades nominativas bem como sua permanência. Aqui, discutiremos possibilidades acerca do acontecimento e micro-histórias de sujeitos que carregaram e carregam o termo no nome.

Palavras-chave: Cazumbá, identidades nominativas; micro-histórias

Já tirou a identidade tirando da terra. E ainda quando chega quer tirar mais ainda que é o nome? Não! Eu tenho é que lutar mais e mais por ele.
Fábio Cazumbá

A epígrafe acima sugere uma discussão inquirida em território brasileiro desde 2011, momento em que os atentos pesquisadores José Bento Rosa da Silva e Jacimara Souza Santana notaram algo excepcional no Recôncavo Baiano. A permanência de sobrenome quimbundo em indivíduos que afirmaram ser descendentes de africanos escravizados e nos imediatos do pós-abolição constituíram núcleos familiares de terras e posses.

Ora, se aos africanos em situação de escravizados uma vez desembarcados nas colônias eram concedidos novos nomes, de preferência cristãos, sem sobrenomes, como um termo africano permanece por gerações em sobrenomes, inclusive não somente restrito ao espaço supradito? Em Pernambuco, Paraíba, Maranhão, Piauí, Pará, Amazonas, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná o vocábulo nomeou e nomeia sujeitos.

Seriam todos pertencentes a um único grande grupo familiar? Tenho notado (a contar da parte da pesquisa a qual me debruço, resumida pelo título deste texto) que seria precipitado afirmar rapidamente que sim. Um termo nominativo em campo histórico de poderes e identidades percorre caminhos culturais polissêmicos que além de parentesco é marcado por representação, afeto, conveniência, estigma e/ou identificação.

Em Pernambuco, Cazumbá não foi encontrado somente enquanto sobrenome. Fora apelido para diferentes indivíduos, como nosso mais remoto Cazumbá pernambucano. Um notável participante da Confederação do Equador, capitão José Gomes do Rego ou capitão Cazumbá.

No ano de 2014, foram listados 558 Cazumbás espalhados pelo país. Além disso, também no Brasil o termo também nomeia personagem de expressão cultural maranhense manifestações e pontos de cultura variados. O que tal plasticidade nominativa tem a ver com o objetivo deste estudo debateremos no correr do texto.

UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE NOMES EM ESPAÇOS COLONIZADOS E ESCOLHAS DE ANÁLISE PARA O TERMO CAZUMBÁ EM PESSOAS

Os nomes e práticas nominativas dizem sobre a sociedade. Antropólogos foram os que nas ciências humanas mais problematizaram esta questão. Consoante eles, o nome classifica, individualiza e identifica. Geertz (1973) e Mauss (1938) ao particularizarem grupos, criaram categorias classificatórias e interpretativas de observação (o que na área convém denominar rótulos sociais – tais como cor, nome, gênero) para poderem acessar, segundo eles, o que seria o indivíduo.

O campo da História social não é aderente a rótulos ou generalizações sobretudo se levamos em conta que muita gente nem considerada foi enquanto pessoa e que conceitos estão em permanentes mudança no tempo e espaço. Entretanto a Antropologia também tem aderido a tal perspectiva. Geertz, por exemplo, afirma que qualquer sistema classificatório sobre alguém ou grupo só no devido contexto histórico pode existir.

Ginzburg (1989) outrora ressaltou o método onomástico como eficaz para inquirição micro- historiográfica de sujeitos. A partir do nome enquanto partícula individualizante, a proposta era rastreá-lo numa variável tipológica de fontes. A despeito

da complexificação social, o modo de vida capitalista bem como aspectos epistemológicos da colonialidade tendem a unificar categorias. O nome já não se apresenta enquanto uma partícula tão singular do humano.

Apesar de sobretudo em sociedades colonizadas identificarmos tais tramas supraditas, como haver homônimos em grande escala (e a homonímia parecer uma prática comum em diferentes sociedades no mundo), para pesquisar os Cazumbás essa metodologia mostrou-se eficaz. Devido a sua singularidade em relação aos demais nomes circundantes e comuns, procuramos pessoas associadas ao termo cazumbá no nome. Entre jornais em circulação, anais, atas governamentais, documentos cartoriais, relatórios militares, processos judiciais, registros orais e mídias sociais nosso guia foi o nome Cazumbá. Não estávamos procurando alguém chamado João da Silva. Procuramos algum Cazumbá e este termo não nomeava tantas pessoas.

DAS PRÁTICAS NOMINATIVAS EM ESCRAVIZADOS AOS POUCOS NOMES AFRICANOS CORRENTES NA CULTURA

Cazumbá foi um etnônimo de procedência para classificar escravizados provenientes da região central de África (SWEET, 2007). É muito possível que uma das maneiras de sua entrada mais contundente no Brasil esteja ligada ao momento da identificação da escravaria.

Termos étnicos, de procedência e depois de cor foram utilizados para sinalizar o gentio. Eles se moveram e algumas vezes acabavam por ter relação nominativa com escravizados, egressos do escravismo e circular amplamente na cultura aderindo sentidos e significados variados.

O escravo não tem estado civil. *Quase que sempre tem um nome, o de batismo.* Não tem apelidos¹ de família. (...) No assento de batismo, quando o fazem, apenas se lhe menciona um nome e o do senhor e, quando muito, o de sua mãe. **Nos títulos de venda apenas se lhe menciona o nome de batismo, o do vendedor e comprador e se declara, genericamente, que é da nação sem declarar qual seja, ou crioulo, se é nascido no Brasil, seja onde for.** Portanto, as certidões de batismo e os títulos de venda laboram em um vago extraordinário. Demais, os escravos africanos não têm certidão de idade. Da maior parte, principalmente dos que foram introduzidos

¹ Sobrenome.

depois da extinção do tráfico, não há títulos de venda. (BRASÍLIA: Parecer de 22 de junho de 1863. O Conselho de Estado e a Política Externa do Império: Consultas da Seção dos Negócios Estrangeiros: 1863-1867, 2007).

Pelo parecer de 1863 nota-se o vago social que a questão do nome concedido aos escravizados representou, sobretudo na segunda metade do XIX quando o tráfico já estava proibido e os termos para sinalizar a escravaria eram demasiadamente generalistas. Se antes escravizados eram convencionalmente identificados como angolas, benguelas, cabundás, caçange, mina, neste momento na maioria dos casos era africano ou crioulo.

A propósito, alguns historiadores optaram por duvidar ou negar a existência real de etnias ou nações provenientes do solo africano quando em diáspora, na afirmação de serem uma suposta ‘invenção colonial’². De fato, não se pode afirmar que todos os etnônimos correspondiam a etnias preexistentes, nem que os africanos pertenciam obrigatoriamente às etnias ou termos de nação em que foram listados. Entretanto, tais considerações não negam a relação de grupos étnicos embarcados com etnias preexistentes, o esforço colonial para mapear/classificar nominalmente com alguma coerência histórica/ geográfica/ cultural/ simbólica os escravizados. Tampouco negam a agência africana (que mesmo antes do comércio atlântico transitava entre etnias) e a escravizada que em diáspora manipulou identidades étnicas em seu favorecimento, inclusive usando o termo e ou a representação de determinado grupo ao seu favor.

Em regiões das atuais República Democrática do Congo, Angola, Malawi, Zâmbia e Tanzânia encontramos o termo *kazumba* a nomear pessoas (antropônimos) e lugares (topônimos)³. Um de nossos arrolados Cazumbá, um José escravizado e “*fugido ou roubado*”⁴, era da região de Caçange. O etnônimo caçange diz respeito a regiões do antigo reino de Jaga (1620-1910). Está no norte da atual Angola. Nesta região apontamos a presença de topônimos e antropônimos *kazumba*. O que quero dizer com isto é que a

²Segundo Renato da Silveira, alguns autores brasileiros e brasilianistas como Maria Inês Oliveira, Lorand Matory, Mary Karasch, Marina de Mello e Souza e Carlos Líbano Soares utilizam o conceito de nação africana como invenção colonial. Ver: SILVEIRA, 2008. Ademais, o que se convencionou tanto naquela contemporaneidade quanto por historiadores de se chamar nação os diferentes grupos de escravizados, aqui eu referencio por etnônimo. Não estudo cazumbá enquanto grupo étnico, mas sim persigo pessoas variadas socialmente que carregam este termo no sobrenome ou apelido.

³ Para verificar tais dados, cf. <https://forebears.io/surnames/cazumb%C3%A1>. <https://www.geonames.org/>

⁴ Diário de Pernambuco (PE), 28/02/1841 Diário do Rio de Janeiro (Recife), 11/11/1841. Jornal do Recife (PE), 04/07/1877.

escolha colonial do etnônimo cazumbá, como de tantos outros apresenta ligação cultural e nominativa com os países africanos listados acima e não foi selecionado em vão.

Camilla Agostini (2008) indicia narrativas em busca de sinais de memória e aspectos de identidade étnica entre escravizados provenientes da África central a partir de documentação judicial e eclesiástica. É possível analisar como os sujeitos ressignificavam identidades étnicas através dos mecanismos da autonegação. Percebe-se um entrelaçamento de experiências e memórias africanas e brasileiras, bem como a incorporação e/ou manipulação de termos genéricos e etnônimos específicos em África e Brasil. A autora denota que mesmo no século XIX quando era mais comum a circulação de termos genéricos, escravizados referiam a si e suas filiações tanto com tais termos, quanto com etnônimos mais específicos. Como a resposta de escravizados sobre as origens panga, quincuso, quango e mombaca associadas às nações rebole, monjolo, congo e angola⁵.

Uma das questões mais pertinentes deste debate é o sinal da autonegação, a partir da associação de etnônimos enquanto identidades de África na diáspora. Temos um exemplo também no XIX em Pernambuco. Francisco da Costa, ex-escravizado e depois reescravizado, incorporou o etnônimo para colocar em sua carta de alforria (CARVALHO, 2002)⁶ como sobrenome. A identificação possivelmente influenciou a decisão.

Nos documentos da expedição de Francisco José Martins na caça pelos aquilombados do Catucá, em 1829, para alguns escravizados só foi citado o primeiro nome e a quem pertencia. Para outros, havia o nome e um termo (etnônimo de procedência) que para todos os efeitos soava como sobrenome. José Canatu, José Angico, José Mobunga, João Pataca, Leandro Cazumbá (DANTAS, Leonardo. 1988). O que fez esses escravizados serem listados com dois nomes diferentemente de outros pode ter sido

⁵Agostini chama atenção para o fato de não necessariamente a “nação” e o etnônimo específico apresentarem uma lógica geográfica. Como por exemplo o caso de Lino que disse ser de “nação” Moçambique e natural de Luanda. Uma possibilidade é que ele pode ter sido embarcado em Moçambique ou por alguma motivação pessoal ou coletiva específica se reconhecia enquanto Moçambique não como de “nação” Angola.

⁶Ver CARVALHO, Marcus J. M., 2002. Neste texto, Marcus Carvalho afirma que apesar de “da Costa” ser um termo amplo e poder fazer referência a um africano de qualquer procedência o fato de a maior parte da escravaria provir da região Congo-Angola (só não a Bahia), faz com que tal etnônimo tivesse mais relação com a região do Golfo da Guiné.

desde a tentativa voraz da expedição por persegui-los e optarem por denominá-los com mais de um nome (tornando assim mais efetiva de identificação), até como eles próprios se autodeclaravam e eram conhecidos pelo núcleo ao seu redor (outros aquilombados, pessoas que estavam à caça deles).

Na Louisina, no tempo colônia inglesa, tem-se um exemplo em que relação entre o etnônimo e o nome se deu por escolha, como ressaltou Gwendolyn Midlo Hall:

[...] Alguns escravos crioulos adotavam uma designação étnica africana como seu nome, ou parte do seu nome, como um modo de identificação com a etnia. Existe o caso de um escravo crioulo, Joseph Mina, que adotou o nome étnico dos escravos minas que o criaram. Alguns outros nomes incluíam designações étnicas africanas: por exemplo, Édouard *dit* Kanga, Felipe *alias* Bambara, Louis Kiamba, Senegal e Maniga. O caso mais surpreendente é o de François *dit* Congo, um escravo filho de pai branco e mãe mestiça de quatro anos que foi vendido em 1817 com a sua mãe mulata sob a condição de que ambos fossem libertados imediatamente, ainda que fosse ilegal libertar qualquer pessoa menor de 30 anos naquela época. ***Temos aqui um crioulo de segunda geração que era três quartos branco com uma designação étnica africana como parte do seu nome (grifo nosso).*** Mas esses casos são raros o suficiente para poderem ser ignorados no cálculo (HALL, 2017, p.109).

A questão do nome, sobretudo, quando escolhido (autonomeação) parece que esteve, principalmente no tempo do XIX, numa zona de entre lugares. Carregar um termo de África no nome não queria dizer somente sobre uma escolha estritamente individual ou identitária. Algumas pessoas optavam por sinalizar escravizados ou egressos pelos seus etnônimos de procedência ou por apelidos, alcunhas (heteronomeação). Como no caso dos aquilombados do Catucá mais anteriormente. Além disto, determinadas palavras africanas circuladas cotidianamente (que poderiam ser etnônimos ou não) ganharam aspectos e significados variados que não necessariamente os que propalavam no senso comum sabiam ou queriam se referir a uma matriz⁷.

Carregar nome ou apelido africano não é aqui um medidor de quanto uma pessoa se identificava com África. Apesar de sabermos que a identidade africana/negra no Brasil

⁷São muitos os africanismos que transitam com vigor pelo nosso vocabulário e gramática, porém muitas vezes tal discussão não é evidenciada em espaços como a escola tampouco atinge os meios majoritários de comunicação.

foi colocada em lugar inferior⁸ nos mais variados aspectos não quer dizer que pessoas que escolheram não ter nome africano não se identificavam com o lugar de origem sua ou de seus ancestrais. Cada indivíduo escolhe um sinal que opta por deixar em relevo a depender das condições culturais no tempo que ele mesmo observa, sente e expõe de maneira específica.

No exemplo de Hall, temos um crioulo que decidiu por carregar ‘Congo’ ao seu nome, mas ele é uma exceção. Nome é patrimônio e pode indicar prestígio. Igualmente a associação de sobrenomes a “pessoas importantes” podia indicar apadrinhamento, “proteção”, parentesco. Os inúmeros afrodescendentes optaram, quando assim puderam, por ter um sobrenome relacionado ao ex-senhor, ex-engenhos, grandes famílias da região, e mesmo a filiações que mesmo sem ter marcadores de África no nome queriam dizer sobre afeto, respeito, lembrança relacionados a pessoa do nome e não ao nome em si.

O caso dos Cazumbás é tão raro quanto o supradito. Para os que foram assim apelidados ou nomeados no XIX apresento algumas possibilidades determinadas pela História, tendo em vista que as documentações acessadas não certificam quando o carregamento do termo ao nome foi uma escolha particular. Para os que carregam o sobrenome no tempo presente, identifico possibilidades do termo ao nome bem como aponto alguns elos históricos e genealógicos que se ligam e outros que ainda não se encontram.

QUEM QUER TER NOME DE ÁFRICA?

O primeiro Cazumbá sinalizado em Pernambuco foi o capitão José Gomes do Rego, apelidado Cazumbá. Participante da Confederação do Equador (1824), como capitão dos caçadores, foi líder de uma famosa tropa cunhada com seu apelido (“*tropas de Cazumbá*”⁹). Também fora patriarca de uma prole de muitos homônimos que parece

⁸Ser africano, negro ou demonstrar alguma ascendência com o continente era sinônimo de experiência escrava. Em sociedade marcada por patriarcalismo e eurocentrismo, ainda que a qualidade da nobreza não pudesse ser agregada a pessoas que exerciam trabalho mecânico, a condição de liberdade podia somar-se a outras atribuições positivadas socialmente, como ter sustento, trabalho, moradia e não ser negro. Um sobrenome de peso era capital simbólico. E um sobrenome africano não tinha este “requisito”.

⁹Revista Trimensal do Instituto do Ceará. Ano XIV. 3º e 4º trimestres de 1900. Anais Pernambucanos, 1824. v.9. p.95. Brasil – Estados Unidos, 1824-1829. / Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

ter agregado seu apelido ao sobrenome e escolheu profissionalmente o setor castrense e funcionalismo público. Temos conseguido seguir a família deste sujeito até meios do século XX. Rastros familiares foram deixados majoritariamente em jornais e sua circulação espacial esteve entre o centro do Recife.

Entre contemporâneos ao próprio José Gomes do Rego, que fugiu para Filadélfia após a derrota dos confederados, estavam escravizados aquilombados. O grande Cazumbá e Leandro Cazumbá. O primeiro estivera marcado para morrer e o segundo fora recém capturado, ambos pela expedição de Francisco José Martins (DANTAS,1988) nas redondezas do quilombo Catucá.

Nestes três exemplos se apresenta o termo cazumbá de diferentes maneiras nominativas. Os dois últimos parecem ter sido etnônimo de procedência. Ou seja, podia ser que eles assim se denominassem ou as outras pessoas denominassem eles desta forma.

Sobre José Gomes do Rego, o capitão Cazumbá a evidência envereda para o que ao longo do percurso observei e atualmente supomos: Cazumbá assim como zumba fora apelido para pessoas de nome José. Conforme Mário Marroquim (2005), filólogo nascido no XIX, zumba, “*um contágio da língua africana*”, fora apelido comum no nordeste do Brasil e um entre os hipocorísticos¹⁰ para o nome José, tais como Zé, Zezinho e Zequinha (MARROQUIM,2005, p.121).

Dentre Cazumbás do XIX e mesmo XX foram significativos os Josés com o termo cazumbá enquanto apelido e sobrenome. O acontecimento foi notado principalmente em jornais pernambucanos entre 1820 a meados de 1930. É possível que o número tenha sido maior tendo em vista que várias são as pessoas não arroladas em determinadas fontes históricas, sobretudo se forem pobres. Dos 46 indivíduos averiguados durante o período, 13 deles tinham nome José e o termo cazumbá como sobrenome ou apelido. À medida que o termo de apelido passa a ser “vulgo” para alguns sujeitos observamos uma diminuição de fontes que constam sua existência enquanto apelido.

Ainda que não se tenha certeza se por vezes cazumbá foi um apelido integrado ao sobrenome, até o momento para esse período uma coisa foi evidenciada: somente duas

¹⁰Diz-se de qualquer palavra criada ou prenome modificado (ou qualquer vocábulo antroponimicamente) com intenção de carinho, para uso no trato familiar ou amoroso (papai, mano, benzinho, Marcão [por Marcos], Fafá [por Fátima], Mariinha [por Maria], Tião [por Sebastião] etc.). Disponível em: <https://www.dictionary.com/browse/google>

peças apelidadas de Cazumbá não eram Josés. O aquilombado Leandro e Idalino de tal conhecido por Cazumbá .

TABELA 1- Relação entre o nome José e o termo cazumbá

Nome				
José Alves Miranda Cazumbá ¹¹	José Antônio Adrião Cazumbá ¹²	José de Senna do Nascimento ¹³ <i>Vulgo</i> <i>Cazumbá</i>	José Bernardino de Lima Cazumbá ¹⁴	José Pedro da Silva Cazumbá ¹⁵
Nome desconhecido (Alcunha Zumba ou José Miguel) ¹⁶	José Gomes do Rego ¹⁷	José Paz de Lyra ou José Cazumbá Paes de Lyra ¹⁸	José Bernardino da Silva Cazumbá ¹⁹	José Cazumbá da Costa Agra ²⁰
Manoel José de Sant’Anna Cazumbá ²¹	José ²² (escravizado da nação caçange) Alcunhado Cazumbá	José Bento de Senna ²³ <i>Vulgo</i> <i>Cazumbá</i>	José Francisco Accioli Lins ²⁴ Alcunha “Cazumbá”	

É importante ressaltar a questão das terminologias *alcunha,*

apelido e vulgo. Pode-se imaginar que os vocábulos eram cedidos para aqueles sem nomes de família e algumas vezes com teor pejorativo. Entretanto, apelidos no Brasil são

¹¹ A Província, Órgão Do Partido Liberal (PE), 15/07/1876.

¹² A Província, Órgão Do Partido Liberal (PE), 06/12/1876.

¹³ Diário De Pernambuco (PE), 27/11/1898.

¹⁴ Jornal Do Recife (PE), 29/12/ 1893 e 25/09/1895. Diário de Pernambuco (PE), 02/06/1903, 02/1909, 03/1909. A Província (PE) 30/01/1901.

¹⁵ Jornal do Recife (PE), 03/07/1885 e 23/06/1889.

¹⁶ Este exemplo é para demonstrar que Zumba era também apelido para José. Jornal do Recife (PE) 05/1876.

¹⁷PERNAMBUCO. Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano. Atas do Conselho do Governo de Pernambuco (1821-1834) Revista Trimensal do Instituto do Ceará. Ano XIV. 3º e 4º trimestres de 1900. Anais Pernambucanos, 1824.v.9.p.95. Brasil – Estados Unidos, 1824-1829. / Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

¹⁸ É possível que os jornais estivessem falando da mesma pessoa e grifaram diferentemente. Jornal do Recife (PE), 03/05/1906, 20 e 30/11/1906.

¹⁹ Jornal do Recife (PE), 08/05/1907.

²⁰ Diário de Pernambuco (PE) 05/01/1848.

²¹ Diário de Pernambuco (PE), 01/1877.

²² Diário de Pernambuco (PE), 28/02/1841 Diário do Rio de Janeiro (Recife), 11/11/1841. Jornal do Recife (PE), 04/07/1877.

²³ A Província (PE), 14/06/1902.

²⁴ O Grito Nacional (Rio de Janeiro), 28/06/1856.

encontrados tanto como termos de proximidade e afeto quanto com efeitos de adjetivação depreciativa. Desde os mais desfavorecidos até os abastados. Para os que tinham nomes extensos como para aqueles que historicamente foram obrigados pela economia nominativa. Cazumbá como apelido foi destinado a pessoas desses dois lugares estamentais e muitas vezes esteve associado apenas ao nome José como hipocorístico.

Em dicionário da língua portuguesa de 1813 (SILVA, Antônio de Moraes, 1813) dizia-se *alcunha* uma adjetivação pejorativa ou desqualificante. Já em dicionários contemporâneos (HOUAISS, 2001) apelido e alcunha são sinônimos. Realmente o termo cazumbá como alcunha e também vulgo pareceram no XIX servir como um marcador de personalidade para os sujeitos que o carregavam. Apesar de uma maioria igualmente de Josés, quando na documentação cazumbá era alcunhada e vulgo, os protagonistas foram escravizados fugidos, traficante de escravizados, militante de revolução, aquilombado insurreto, homens envolvidos em “gatunices”, “malandragens”.

Consideramos ter se tornado o termo cazumbá um africanismo corrente no período, ou mesmo antes. Vocábulo pertencentes ao grupo etimológico zumbi além de terem relação com características dos africanos que um dia os carregaram, associavam-se aos significados literais de África e viraram termos ordinários para afrodescendentes já pelo XVIII. Nzumbi ou Zumbi Palmares foi o líder quilombola mais conhecido da História brasileira. Aliado ao poder mitológico, religioso e ancestral da palavra em quimbundo, zumbi também virou sinônimo de guerreiro, combatente, altivo. O nome Zumba de Ganga Zumba, primeiro chefe dos Palmares, plastificou-se igualmente. O termo em quimbundo, como cazumbá está relacionado a seres que vivem entre o mundo dos vivos e mortos. Entre animal e gente. Algo que lembra exatamente o personagem cazumbá do bumba-meu-boi maranhense.

Denotamos que já se tinha circulação do termo cazumba pelo menos desde o XVII. Gregório de Matos cita um “pae Cazumbá²⁵” em poema. Associa-o a comportamentos libidinosos e a outras pessoas pretas, possivelmente escravizadas. Em meados de 1794,

²⁵ E é para sentir o quanto/ Se dá Deus por offendido/ Não só por este pecado/ Mas pelos seus conjunctivos/ Como são cantigas torpes/Bailes e toques lascivos/Venturas e fervedouros/Pau de forca e pucarinhos/Quero entregar ao silencio/Outros excessos maldictos/Como do *pae Cazumbá*/Ambrosio e outros pretinhos/ Com os quaes estas formosas/Vão fazer infames brincos/ Governados por aquelles/Que as trazem num cabrestilho. REBELLO, Pereira Manuel. **Obras Poéticas De Gregório de Mattos Guerra**. Precedida da vida do poeta. Tomo I. RJ: Typographia Nacional, 1882, p.94.

em Lisboa, uma peça musical denominada “*A vingança da Cigana*”, de parceria luso-brasileira²⁶, apresenta oito personagens pobres, um deles chamado Cazumba. Também este personagem está associado a estereótipos africanos correntes naquele período.

É possível que enquanto africanismo, *cazumba* significasse desde o estereótipo diminutivo associado aos africanos a atribuições positivas das palavras ligadas ao grupo etimológico *zumbi*. Que estão entre misticismo e combatividade. *Zumba*, *Zumbi*, *Cazumbá* pode em certa medida terem virado sinônimos e logo apelido para gentes com algum traço cultural ou experiencial em comum e que não obrigatoriamente eram afrodescendentes. Sugiro que para Idalino vulgo *Cazumbá*, o apelido tenha sido em algum dos dois sentidos, muito mais o primeiro tendo e vista o discurso sobre ele arrolado no jornal, e também por ser o termo *vulgo* uma atribuição de estigma social, sub-representação.

Supomos desta forma que o motivo pelo qual *Cazumbá* ter como *Zumba* virado apelido para *Josés* tenha sido a quantidade de pessoas nomeadas *Josés* e por ser o grupo etimológico *Zumbi* muito circundante na cultura. O que poderia sugerir algo como “mais um *José*”. Essa última consideração ainda que historicamente marcada é uma suposição. Do mesmo modo como não há certeza do porquê em Pernambuco *Severinos(as)* são apelidados de *Biu*, não estamos certos do real motivo de *Josés* terem sido *Cazumbás*.

O verbete *cazumbá* tornou-se africanismo, bantuísmo. O fato explica indivíduos serem apelidados de *Cazumbá*, bem como engenhos e fazendas com nome *Cazumbá* e mais recentemente manifestações, pontos de cultura e espaços geográficos nomeados pelo vocábulo no Brasil.

A FAMÍLIA CAZUMBÁ DE PERNAMBUCO

²⁶ Escrita por António Leal Moreira e Caldas Barbosa. De acordo com João Berchmans Carvalho, professor da Universidade Federal do Piauí, onde a peça foi reencenada em 2012, o personagem *Cazumba*, pode ser assemelhado a um afro-brasileiro, principalmente por conta das muitas palavras e maneiras de falar banto. Acrescenta, o estigma direcionado pelos intelectuais portugueses ao próprio autor, que era um “mulato” brasileiro, Caldas Barbosa.

Quando falávamos em família Cazumbá, entre hipóteses, pensamos no extenso e famoso engenho Cazumbá²⁷ e da possibilidade dos antepassados desses indivíduos a partir de elos trabalhistas terem optado pela agregação do termo ao sobrenome, algo corrente no pós-abolição. Ao longo do exame percebemos que o fato de Cazumbá ser apelido, etnônimo e africanismo inclusive nomeando terras próximas de onde alguns Cazumbás circularam (“terras cazumbá²⁸”), aumentava potencialmente outras alternativas de integração do termo ao nome.

As formações familiares foram ficando evidentes na segunda metade do XIX. Para muitos alcunhados, escravizados e vulgos Cazumbás não efetuamos um mínimo de traçado genealógico. Eles foram como feixes de luz entre frestas que nos ecoam algum resquício de passado numa sociedade que seleciona o quê sobre quem deve estar em determinadas fontes.

Principalmente através de documentação cartorial e fontes orais denotamos três grupos familiares entre Recife, Chã-Grande e Vicência²⁹. Em Recife está a prole do capitão Cazumbá. Eles parecem ter sido uma família de classe média que ascendeu a partir de redes de contato, setor castrense e cargos públicos. No correr de 1900 seus nomes vão desaparecendo gradualmente dos jornais pernambucanos. Talvez por que decaíram financeiramente ou optaram por tirar do nome o termo cazumbá. Apesar disto, encontramos em 2000 registro de óbito de um senhor em Garanhuns com um nome parecido ao de um dos filhos do capitão. Emiliano Cazumbá de Lira. Cabe investigação sobre uma possível ligação entre esses dois grupos seja familiar ou trabalhista.

Em Chã-Grande há um grande grupo desde meados 1880 estabelece redes de trabalho e parentesco a partir de migrações entre Gravatá, Garanhuns, Vitória de Santo Antão para povoar Chã-Grande neste período. Eles tem uma história muito ligada ao trabalho com a terra. Na maioria dos registros de óbito dizia-se que os homens foram agricultores e as mulheres, do lar. Esses Cazumbás de Lyra/ de Lira/Lira parecem ter tido relações espaciais com o fazendeiro José Paes de Lyra, apelidado de Cazumbá. Tal

²⁷ O engenho Cazumbá ou Santo Antônio das Almas, em Santo Amaro da Purificação foi famoso engenho baiano citado como um dos importantes do século XVIII em obra de Stuart Schwartz e pertencente de início a José Pires de Carvalho e Albuquerque.

²⁸ Certidão de ônus. In: Cartório único de Nazaré de Mata. Comarca de Nazaré da Mata. Serviços Notariais e Registrais. Certidão de Ônus da Propriedade Cazumbá. Transmitente: espólio de Etelvina Machado de Freitas e Eulino Nilo de Freitas. Matrícula: 3343, fls.84, livro 2-AF,18.02.1963.

²⁹ Municípios da Zona da Mata Norte do Estado de Pernambuco.

evidência nos indica também uma provável relação de servidão ou de parentesco. Nos dois haveres é sugerido que eles ou foram trabalhadores para este homem ou parentes da ala de menos recursos.

O grupo de Vicência é o que mais temos contato e fontes orais. A História mais remota desta família está ligada à Paraíba. Joaquim Mendes Cazumbá saiu de lá já no início do XX para ser feitor de engenho em Nazaré da Mata e fincou no Vicencinha, em Vicência. A história dessa família também está muito ligada à agricultura, não temos, pois, dados para a trajetória familiar entre meios e inícios do XIX e as relações dos trabalhos nos engenhos paraibanos.

IDENTIDADE CAZUMBÁ

Durante as entrevistas foi comum ouvir dos Cazumbás que a relação com o nome alternou em diferentes momentos. Alguns membros já optaram por não carregar, outros disseram ter passado por estranhezas em espaços como escolas e hospitais e outros afirmaram que em toda vida lembrada tem uma relação de afeto com o nome da família por ele ser único ou diferente do da maioria das pessoas.

Apesar da consciência dessa singularidade, a questão ancestral africana do nome e da possível experiência de antepassados tem sido progressivamente levadas em consideração entre os membros, sobretudo os mais jovens. Nas entrevistas orais realizadas antes de contatos mais estreitos entre Cazumbás pernambucanos e baianos não houve suposição acerca de ascendência africana, pelos pernambucanos, mesmo a partir do conhecimento que etimologicamente o nome e seus significados culturais vem de África. Notava-se um apelativo maior para a questão indígena, talvez o lado da genealogia mais conveniente para o momento.

O estranho ou feio em uma sociedade eurocêntrica é aquilo que culturalmente ela mesma construiu como seu oposto. A África e qualquer coisa que a diga respeito. Apresentar alguma característica negra para o mundo e ter o entusiasmo amputado, como disse Frantz Fanon (2008), foi algo ocorrente por mais que as pessoas que carregassem essa característica não necessariamente se identificassem com ela enquanto de África. Presumivelmente nomes europeus ocorrentes e peculiares no Brasil como: Niemeyer,

Hermann, Montagner, Tornaghi não seriam tão alvos de estranheza no sentido de estigma como Cazumbá, Zulu, Zumba ou Mulungu.

Sugerimos que apesar de tudo o momento presente tem trazido mudanças positivas. Negro já não é sinônimo de escravo e finalmente a África é considerada um continente histórico³⁰. A atuação de movimentos sociais e acadêmicos negros a pressionarem instituições governamentais; leis a nível mundial contra crime de racismo; novas narrativas sobre a África, sobretudo a central, e sobre afrodescendentes tem favorecido a afirmação de identidades negras nos mais diferentes aspectos.

O contato entre os Cazumbás pernambucanos, baianos e a existência de historiadores a pesquisar percursos históricos das famílias tem aflorado o interesse dos integrantes acerca de entes que ultrapassam a geração dos avós ou bisavós.

Desde inícios dos anos 2000 que membros Cazumbás do Brasil se contatam através das redes. Maiormente novas gerações que acham e ouvem dizer da singularidade do nome que carregam. Primeiro com *Orkut* e agora *Facebook* há uma facilidade em encontrar pessoas distantes. Cazumbás dos diferentes estados divulgam filiações e pequenas trajetórias familiares na busca de uma origem comum.

As páginas iniciais contavam de 150 a 235 pessoas. A atual do *facebook* tem sido a mais acessada dentre todas e conta com maior número de Cazumbás (cerca de 390 integrantes) dispostos a reconstituírem histórias familiares e promoverem um encontro nacional.

Apesar dos Cazumbás de Bahia e Pernambuco terem desencontros argumentativos no que tange às possíveis origens étnicas-culturais, ninguém até o presente momento duvida do parentesco. Em entrevista com um dos membros da família Cazumbá de Pernambuco ele contava-nos uma situação em que questionou uma prima sobre determinado acontecimento (o lançamento do livro de José Bento Rosa da Silva (2018)). Perguntamos o nome da prima e onde ele residia. Ele nos respondeu que na Bahia. Percebemos então que o pernambucano estava a se referir a uma prima ainda não vista pessoalmente. Denotamos que comumente os Cazumbás das redes sociais tem assim chamado uns aos outros.

³⁰ Esse debate é grande e repleto de referências. Para uma boa escatologia dessas lutas no Brasil indicamos (BRASÍLIA,2005).

Eu disse: “Prima, foi o lançamento do livro do professor Bento aí na Bahia. Foi até o nosso primo o que é poeta, declamou lá é... Antônio. Foi Antônio, foi o grupo das irmãs da irmandade da boa morte... [...] (FCazumbá. Recife,03/2019)

Construir esses elos genealógicos pode parecer um tanto complexo tendo em vista que a grande parte dos usuários descrevem em suas genealogias os avós como parentes mais ancestrais. O que chama atenção é que as pessoas que vivem em outros estados relatam histórias de migração dos estados da Paraíba, Pernambuco e Bahia. Até o momento não evidenciamos, nesta e na pesquisa de José Bento Rosa da Silva, Cazumbás que não tenham relação de ancestrais com um desses três estados.

Uma coincidência entre os Cazumbás do Recôncavo baiano e da Zona da Mata Norte de Pernambuco é a relação entre os ofícios de seus ancestrais com a terra. Em pesquisas futuras uma análise comparativa entre a trajetória desses indivíduos aliada a escutas, leituras de experiências vividas e o confronto de mais fontes documentais pode clarificar talvez pequenos detalhes despercebidos. Em suma, a questão “*será que todos os Cazumbás do Brasil são parentes?*” e “*como cada grupo familiar agregou o termo ao sobrenome?*” Continua nos instigando.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOSTINI, Camilla. Africanos e a formação de identidades no além-mar: um estudo de etnicidade na experiência africana no Rio de Janeiro do século XIX. **História & Perspectivas**, Uberlândia (39): 241-259, jul.dez.2008.

BRASÍLIA. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.2005.

CARVALHO, Marcus J. M. De cativo a famoso artilheiro da Confederação do Equador: O caso do africano Francisco, 1824-1828. **VARIA HISTÓRIA**, nº 27.2002.

DANTAS, Leonardo. Documentos dos Quilombos de Goiana- Catucás **Alguns Documentos Para a História da Escravidão**. Recife, Massangana, 1988. p.71-92.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Bahia: Editora Edufba, 2008.

GEERTZ, Clifford, 1993 [1973], **The Interpretation of Cultures**. Londres, Fontana Press, 1993.

GINZBURG, Carlo e PONI, C. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

HALL, Gwendolyn Midlo. **Escravidão e Etnias africanas nas Américas**: restaurando os elos. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2017, p.109.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2001.

MARROQUIM, Mário. **A língua do Nordeste**. Curitiba: HD Livros, 2005.

MAUSS, Marcel. A category of the human mind: the notion of person; the notion of self. In: M. Carrithers, (et.al.). **The Category of Person: Anthropology, Philosophy, History**. Cambridge University Press, 1938.

SILVA, José Bento Rosa da. **Família Cazumbá**: as peculiaridades dos descendentes de africanos nos últimos anos da escravidão e no pós-abolição [Recôncavo da Bahia – c.1879 – 2015] – Itajaí, SC: Casa Aberta; Recife: ED. UFPE, 2018.

SILVEIRA, Renato da. Nações africanas no Brasil escravista: problemas teóricos e metodológicos. **Afro-Ásia**, n. 38 p. 245-301, 2008.

SWEET, James H. **Recriar a África**: cultura, parentesco e religião no mundo afro-português (1441-1770). Edições 70, LDA. 2007. p.37

WEIMER, Rodrigo. Os nomes da liberdade. Experiências de autonomia e práticas de nomeação em um município da serra rio-grandense nas duas últimas décadas do século XIX. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-Graduação. Programa de Pós-Graduação em História. **Dissertação de Mestrado**. 2007.

FONTE ORAL

Fábio Cazumbá. Areais, cidade do Recife. 28.03.2019. Entrevista realizada por Graziella Fernanda Santos Queiroz e José Bento Rosa da Silva.